



Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 15/2024 | APEOESP | 17 de abril

POLÍTICA OPERÁRIA

Somente a greve e as manifestações massivas de ruas poderão quebrar a intransigência dos governos

Nesse momento, os sindicatos de técnicos administrativos das universidades federais (Fasubra) estão há mais de um mês em greve. Os professores e funcionários dos Institutos Federais (Sinasefe) iniciaram a greve no início de abril. Os professores universitários (Andes/SN) começaram a greve no dia 15 de abril. Professores da educação básica do Ceará, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco entre outros estados e municípios têm se colocado em favor da greve. Os trabalhadores da educação do município de São Paulo estiveram em greve por 21 dias. Os professores estaduais de São Paulo, na assembleia de 15 de março, aprovaram a convocação de uma paralisação no dia 26, com indicativo de greve. Essa breve síntese indica a disposição de ir à luta em defesa das reivindicações. E, também, as condições em que se encontra a grande maioria do funcionalismo público: arrocho salarial, eliminação de antigas conquistas, precarização das condições de trabalho, avanço da terceirização e privatização, aumento dos contratos temporários e autoritarismo das direções.

Em São Paulo, o ultradireitista Tarcísio de Freitas executa um plano devastador de desmonte dos serviços públicos. Seu plano de privati-

zação da Sabesp, CPTM e Metrô está sendo colocado em prática. Os setores da saúde e educação estão à mingua com a política de corte de recursos. Basta ver a situação miserável em que se encontram os hospitais públicos; o Hospital do Servidor Público, que já foi um centro de excelência, se encontra sucateado e nas mãos de empresas terceirizadas, para citar apenas um exemplo. As condições das escolas nas periferias da capital são o retrato do abandono.

De conjunto, os governantes mantêm a política de arrocho salarial. O funcionalismo federal exige que o governo Lula reponha as perdas salariais. No entanto, Lula recusa a modificar sua proposta de parcelar o reajuste no curso de três anos, sendo que neste ano não haveria nenhuma correção. O prefeito de São Paulo, Nunes, impôs 2,16%, que sequer cobre a inflação oficial. Tarcísio se finge de morto diante das reivindicações do magistério, encaminhadas desde o início do ano.

Como se vê, há uma política centralizada dos governos, sejam de direita, ultradireita, centro-esquerda, de desmonte dos serviços essenciais e de privatização. Política esta que implica cortes de recursos, brutal arrocho salarial, imposição

de subsídios em vez de salários e eliminação de direitos trabalhistas conquistados por meio da luta, como a evolução por tempo de serviço, quinquênios, sexta-parte etc.

O problema está em que o funcionalismo carece de uma política centralizada para enfrentar os governantes. As manifestações e greves continuam sendo corporativas, passivas e restritas aos locais de trabalho. Isso ocorre porque uma boa parte das direções sindicais rejeita a unificação das greves, as manifestações conjuntas nas ruas, os piquetes e a unidade com outros trabalhadores. Está empenhada em levar a cabo a política de conciliação de classes, seja pelas “mesas de negociação” com os governos, seja pela pressão sobre os parlamentares, por meio do slogan eleitoral “se votar, não volta”.

A Corrente Proletária trabalha pela unidade do funcionalismo, seja municipal, estadual ou federal. Exige que os governos atendam às reivindicações, que só podem ser conquistadas pela via da mobilização, das greves, ocupações e bloqueios. Rechaça a política de colaboração de classe das direções sindicais e defende a independência política e organizativa do funcionalismo e demais trabalhadores.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



A assembleia de 26 de abril deve marcar o início da greve

A última assembleia, realizada no dia 15 de março, aprovou o indicativo de greve. Durante um mês, os professores puderam discutir a paralisação e avaliar as condições para a greve. Nesse longo período, a situação das escolas e do professorado só piorou. Tarcísio e seu serviçal Feder não fazem outra coisa a não ser ampliar o autoritarismo, enterando o que restava de liberdade de cátedra. Os diretores e coordenadores estão obrigados a exigir que os professores utilizem as plataformas, para que as metas sejam alcançadas e seus cargos estejam assegurados. Os alunos, individualmente, rejeitam o ensino pelas plataformas e os professores,

também individualmente, rechaçam essa modalidade de educação privatizante e aligeirada. Nas escolas, predomina a indignação com os salários miseráveis e as jornadas de trabalho estafantes. Milhares de professores Categoria O estão desempregados ou dependendo do trabalho semiescravo de eventual. Todos os dias os professores - efetivos e contratados - são sobressaltados com os avisos de fechamento de salas de aula. Eis aí o retrato calamitoso e bárbaro das escolas e dos trabalhadores da educação.

Nesse longo período - já são quatro meses - Tarcísio reafirma que: 1) não irá conceder reajuste salarial; 2) não modificará a condi-

ção dos professores da Categoria O; 3) não concederá a estabilidade para os contratados; 4) continuará fechando salas em qualquer mês do ano; 5) manterá o uso obrigatório das plataformas; 6) intensificará a avaliação de professores e direção de acordo com as metas de aplicação da plataforma; 7) ampliará as escolas cívico-militares, visando disciplinar autoritariamente a juventude pobre; 8) fará um leilão, em novembro, para empresas privadas assumirem a construção e gestão de 33 escolas públicas.

Diante dessa situação, só há dois caminhos: 1) aceitar as imposições do ultradireitista Tarcísio;

ou 2) responder com a aprovação da greve. O momento é agora. Há um movimento nacional do funcionalismo público, o que implica trabalhar pela unidade grevista. E há um enorme descontentamento do professorado e dos estudantes, o que coloca a tarefa de uma greve ativa, com manifestações por todo o estado de São Paulo. O que atinge as pretensões eleitoreiras do bolsanarista Tarcísio. Está aí por que é preciso rejeitar as reuniões de Representantes de Escolas virtuais e aumentar as visitas às escolas, para fortalecer o movimento grevista. Paralisar as escolas e aprovar a greve.

Aprovar a greve para exigir de Lula que revogue o NEM!

Os deputados e senadores já deram o seu veredito: aprovaram o relatório do ex-ministro de Educação do governo Temer, Mendonça Filho, responsável pela contrarreforma do ensino médio. Os remendos aceitos pelos parlamentares não modificam em nada a sua essência. Trata-se de uma reforma regressiva, que visa tão somente os interesses dos capitalistas da educação. Está assentada no objetivo de expandir o ensino a distância, a privatização, a terceirização e introduzir o chamado "notório saber". E na eliminação da liberdade de cátedra do professorado, que será substituída pelas aulas pré-fabricadas pelas plataformas digitais. Os únicos prejudicados serão os professores e os estudantes. Os que estão aplaudindo a aprovação são

as empresas que parasitam os cofres públicos com a venda de materiais digitais e com os programas privatistas voltados à juventude oprimida, fadada a recorrer ao mercado de trabalho informal para sobreviver. Não por acaso, a Fundação Lemann, Todos pela Educação, a Multilaser e outros privatistas estão festejando essa aprovação.

Durante algum tempo, as direções sindicais fizeram campanhas contra a aprovação do Novo Ensino Médio (NEM). No entanto, após a eleição de Lula e a posse do ministro da Educação, o petista Camilo Santana, houve um desmonte do movimento contra o NEM. No lugar, veio a farsa da consulta e das emendas à reforma de Temer. Esse caminho fracassou. Venceram Temer,

Mendonça Filho e os parasitas da educação pública. Após essa experiência negativa, é preciso retomar as mobilizações contra o NEM.

A Corrente Proletária defende que as direções sindicais e estudantis convoquem as assembleias, para aprovar a luta pela derrubada de mais uma contrarreforma na Educação. Exige que Lula e seu ministro da Educação cumpram a promessa anunciada nos palanques eleitorais e revoguem o Novo Ensino Médio. Nesse sentido, a assembleia da Apeoesp de 26 de abril tem a tarefa de rejeitar o NEM, por meio da greve e manifestações de rua.

Eixos fundamentais da greve:

As reivindicações são muitas, porque as condições de precarização da educação pública vêm se deteriorando há muito tempo. No entanto, a assembleia deve aprovar as reivindicações que unificam o magistério e os estudantes.

Nesse sentido, a Corrente Proletária defende:

1) Reposição salarial. Um reajuste de 32,3% para repor o poder de compra dos trabalhadores da educação;

2) Abertura de todas as salas e turnos fechados. Que o número de alunos por sala não exceda 25;

3) Efetivação de todos os professores da Categoria O. Estabilidade a todos;

4) Revogação do Novo Ensino Médio. Liberdade de cátedra. Fim da farsa do ensino privatizante, ditado pelas plataformas digitais. ■

Campanha internacionalista da Corrente Proletária/POR:

- Combater o genocídio do povo palestino, desfechado pelo Estado sionista de Israel;

- Defender o fim da guerra na Ucrânia, pela autodeterminação da nação oprimida, por uma paz sem anexações, que só pode ser alcançada por meio da luta da classe operária contra o imperialismo norte-americano e aliados, e pela derrocada da OTAN.

- Erguer a bandeira de fim do capitalismo putrefato, por meio da revolução social e implantação de uma sociedade socialista.